



ATOS DO EXECUTIVO MUNICIPAL

LEI "R" Nº 36, de 3 de maio de 2016

Institui e regulamenta o serviço de transporte individual de passageiros por motocicleta, denominado *Mototáxi*, no Município de Toledo.

O POVO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Esta Lei institui e regulamenta o serviço de transporte individual de passageiros por motocicleta, denominado *Mototáxi*, no Município de Toledo.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º – Fica instituído no Município de Toledo o serviço de transporte individual de passageiros por motocicleta, denominado *Mototáxi*, nos termos dos artigos 1º, § 2º, e 107 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, e da Lei Federal nº 12.009, de 29 de julho de 2009.

Art. 3º – O serviço de que trata esta Lei será executado por mototaxistas pessoas físicas e/ou individuais cadastradas como MEI – Microempreendedor Individual, legalmente constituídas e devidamente inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), na atividade de prestação de serviço de mototáxi, através de profissionais individuais, conforme Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, mediante autorização do Poder Executivo municipal.

Art. 4º – O serviço de transporte individual de passageiros, por meio de motocicletas, denominado mototáxi, será prestado mediante autorização do Poder Executivo, delegado através da realização de processo licitatório, sob o regime de permissão, na forma da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, do art. 135 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código Nacional de Trânsito), e legislação complementar e pelo artigo 9º da Lei Orgânica do Município de Toledo.

Art. 5º – A permissão para a prestação dos serviços será outorgada por ato do Chefe do Poder Executivo municipal, formalizada em conformidade com o art. 40 da Lei Federal nº 8.987/1995 e do artigo 9º da Lei Orgânica do Município de Toledo, e expedida pelo Órgão Executivo de Trânsito e Rodoviário do Município.

§ 1º – A permissão de que trata o **caput** deste artigo será outorgada para o transporte individual de passageiros, por meio de motocicletas, e será deferida exclusivamente a pessoas físicas ou jurídicas constituídas como MEI, com comprovação da capacidade técnica para desempenhar a função, por sua conta e risco profissional.

§ 2º – Cada permissionário terá direito a somente uma permissão.

§ 3º – A permissão é pessoal, inalienável e terá validade de 5 (cinco) anos, contados da data de sua expedição, renovável uma única vez, por igual período, satisfeitas as exigências desta Lei e do Edital de Licitação.

§ 4º – Após o cadastro da permissão, o permissionário terá o prazo máximo de 90 (noventa) dias para apresentar o veículo, o vestuário, os capacetes e demais acessórios nas condições estabelecidas nesta Lei, para fins de vistoria e início das atividades.

§ 5º – Para cada permissão expedida será admitido o registro de um único veículo, que será numerado em ordem crescente.

§ 6º – Após a expedição do Termo de Permissão, o permissionário terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis para o pagamento do valor referente à outorga.

§ 7º – O não cumprimento das exigências dos §§ 4º e 6º deste artigo, implicará o arquivamento do processo de cadastramento e consequente anulação do direito à permissão obtida.

§ 8º – No caso de falecimento ou invalidez do permissionário dentro do período de validade a que se refere o § 3º deste artigo, a permissão será transferida automaticamente para seu cônjuge e, na falta deste, aos filhos, observado o artigo 3º desta Lei.

§ 9º – O número de mototáxis que operacionalizarão os serviços será limitado a cinco veículos para cada sete mil habitantes do Município, de acordo com certidão oficial fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

CAPÍTULO II DAS DEFINIÇÕES

Art. 6º – Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – Poder Concedente: o Município de Toledo;

II – Órgão Gestor: Departamento de Trânsito e Rodoviário – DEPTRANS;

III – Mototáxi: o veículo automotor de duas rodas, tipo motocicleta, especialmente destinado ao transporte remunerado de um passageiro por viagem, devidamente caracterizado, autorizado e licenciado pelo Poder Concedente;

IV – Mototaxista: profissional devidamente habilitado para conduzir veículo motorizado de duas rodas, tipo motocicleta, e autorizado pelo Órgão Executivo de Trânsito e Rodoviário do Município a conduzir passageiro, exercendo a atividade em veículo de sua propriedade vinculado a um ponto de mototáxi;

V – Permissão: é a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços, por meio de motocicletas, no Município de Toledo, denominado mototáxi, feito pelo Poder Concedente à pessoa física ou jurídica constituída como MEI, que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco;

VI – Permissionário: é a pessoa física e/ou jurídica



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano VII

Toledo, 04 de maio de 2016

Edição nº 1.491

Página 2

(mototaxista individual) habilitada em processo licitatório para operar no serviço de mototáxi, também denominado mototaxista;

VII – Condutor auxiliar: é a pessoa física que será o condutor autônomo e preposto do permissionário;

VIII – Motocicleta: é o veículo automotor de duas rodas, dirigido por condutor em posição montada, com categoria mínima de 125cc (cento e vinte e cinco cilindradas) e máxima de 300cc (trezentas cilindradas);

IX – Termo de permissão: é o documento expedido pelo Poder Concedente ao permissionário, em que delega a permissão a título precário;

X – Cadastro de permissionário: é o prontuário do permissionário registrado no DEPTRANS, em que constam todos os dados pertinentes à pessoa física e/ou jurídica, ao veículo, ao serviço executado, às infrações e outros;

XI – Credenciamento do condutor auxiliar: é o prontuário do condutor autônomo, registrado no DEPTRANS como preposto do permissionário, em que constam todos os dados pertinentes à sua pessoa, ao serviço e outros;

XII – Ponto de mototáxi: é o local físico estabelecido conforme legislação, para abrigar empresa, designada como agência prestadora de serviços de transporte de passageiros por motocicleta, contendo instalações e estacionamento para as motocicletas e demais benfeitorias essenciais à funcionalidade e atendimento ao usuário;

XIII – empresa ou agência de mototáxi: estabelecimento empresarial, constituída formalmente e com autorização do Poder Concedente para o exercício da prestação de serviços de transporte de passageiros por motocicletas;

XIV – Advertência por escrito: é o ato fiscal para correção de irregularidades, através de Notificação/Orientação;

XV – Multa: é a penalidade pecuniária imposta ao permissionário, empresa, agência e/ou condutor auxiliar, classificada em leve, média, grave e gravíssima;

XVI – Suspensão da permissão: é a proibição do serviço por 2 (dois) meses, após o condutor atingir 3 (três) infrações previstas nesta Lei, no período de 01 (um) ano;

XVII – Revogação da permissão: é o ato anulatório da permissão, após o condutor atingir 5 (cinco) infrações graves ou gravíssimas previstas nesta Lei, no período de 01 (um) ano;

XVIII – Extinção da permissão: é o ato que tem por causa determinante aquelas discriminadas nos arts. 35 e seguintes da Lei Federal nº 8.987/95;

XIX – Cassação do credenciamento do condutor auxiliar: é a proibição do condutor auxiliar de operar no serviço de mototáxi;

XX – Cassação da permissão: é o ato anulatório da permissão pelo Poder Concedente;

XXI – Documentos obrigatórios: são aqueles que o condutor deverá portar, quando em serviço, tais como: cartão de permissão, matrícula de condutor auxiliar, identidade, habilitação, Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV e outros que se fizerem necessários;

XXII – Licenciamento: é a renovação anual do cadastro de permissionário, do cartão de permissão e vistoria;

XXIII – Recadastramento de condutor auxiliar: é a renovação do cadastro de condutor auxiliar;

XXIV – Taxímetro (ou outro equipamento hábil a ser regulamentado pelo Órgão Executivo de Trânsito e

Rodoviário do Município): é o instrumento utilizado para a aferição de quilometragem rodada e da tarifa correspondente.

Art. 7º – O Departamento de Trânsito e Rodoviário do Município – DEPTRANS será o órgão responsável pelo planejamento, gerenciamento, regulamentação, fiscalização e autorização para exploração do serviço de que trata esta Lei.

Parágrafo único – O órgão de que trata o **caput** deste artigo poderá expedir instruções aos permissionários e aos pontos de mototáxi para boa execução dos serviços, por meio de editais ou ofícios devidamente protocolados, sendo que a falta de cumprimento a essas instruções constituirá infração e sujeitará o infrator às penalidades estabelecidas na presente Lei.

CAPÍTULO III DO REGIME DE EXPLORAÇÃO

Art. 8º – A exploração do serviço de que trata esta Lei será realizada em caráter contínuo e permanente, comprometendo-se o permissionário com a sua regularidade, continuidade, segurança, higiene, conforto e cortesia na sua prestação, correndo por conta do permissionário toda e qualquer despesa dele decorrente, inclusive as relativas a pessoal, operação, manutenção, tributos e demais encargos.

Art. 9º – O Termo de Permissão expedido pelo Poder Concedente estará de acordo com o edital de licitação e terá validade de 5 (cinco) anos, renovável, uma única vez, por igual período.

Parágrafo único – O Termo de Permissão conterá, além dos dados necessários à sua perfeita caracterização:

I – os dizeres “Município de Toledo”, denominado Poder Concedente;

II – proibição da transferência da permissão a terceiros;

III – nome e sigla do Órgão Executivo de Trânsito e Rodoviário do Município – DEPTRANS;

IV – número de ordem e data em que foi expedido;

V – identificação do permissionário (nome, nacionalidade, profissão, CPF, RG e tipo sanguíneo);

VI – identificação dos condutores auxiliares (nome, nacionalidade, CPF, RG, tipo sanguíneo);

VII – identificação do ponto de mototáxi vinculado à permissão;

VIII – prazo de validade do termo de permissão.

Art. 10 – A extinção da permissão tem como causa determinante as que se encontram discriminadas nos arts. 35 a 39 da Lei Federal nº 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de permissão da prestação de serviços públicos.

Art. 11 – É facultado ao permissionário desistir da permissão sem que essa desistência possa constituir, em seu favor ou em favor de terceiros, direito de qualquer natureza, seja a que título for.

§ 1º – A desistência de que trata o **caput** deste artigo permitirá, compulsoriamente, uma vez deferida, a retomada da permissão pelo Poder Executivo municipal.

§ 2º – A desistência deverá ser comunicada



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano VII

Toledo, 04 de maio de 2016

Edição nº 1.491

Página 3

formalmente ao DEPTRANS.

CAPÍTULO IV DO PLANEJAMENTO DO SERVIÇO

Art. 12 – O DEPTRANS poderá implementar propostas de modificações de quaisquer características do serviço, objetivando atender às necessidades e conveniências do Poder Executivo municipal, dos usuários, dos permissionários e da comunidade.

Parágrafo único – As modificações de que trata o **caput** deste artigo basear-se-ão em pesquisas, estudos técnicos e avaliações de seus reflexos econômicos, sociais e políticos.

CAPÍTULO V DOS VEÍCULOS

Art. 13 – Para operar o serviço, os veículos deverão ter obrigatoriamente:

I – o número da permissão com três dígitos, especificado e autorizado pelo DEPTRANS, visivelmente apostado em ambos os lados do tanque de combustível;

II – alça metálica lateral, na qual o passageiro possa se segurar;

III – dispositivo de proteção para pernas e motor em caso de tombamento do veículo, fixado em sua estrutura, conforme Anexo IV da Resolução nº 356/10 do CONTRAN;

IV – dispositivo aparador de linha, fixado no guidão do veículo, conforme Anexo IV da Resolução nº 356/10 do CONTRAN;

V – demais itens previstos na Resolução 356/10 do CONTRAN e resoluções posteriores;

VI – duas identificações (MOTOTÁXI CIDADE DE TOLEDO) adesivadas em ambos os lados do tanque de combustível da motocicleta, estando visíveis, na cor preta, branca ou amarela, sempre em contraste com a cor da motocicleta, conforme Anexo I desta Lei;

VII – no paralamas dianteiro e nas laterais da rabeta traseira em ambos os lados, pintados ou adesivados, deverá possuir quadradros nas cores preta e amarela, com 3 (três) cm de largura por 3 (três) cm de altura, formando um quadriculado, conforme Anexo I desta Lei;

VIII – cano de descarga revestido com material isolante em sua lateral;

IX – equipamentos exigidos pelo Código Nacional de Trânsito;

X – outros equipamentos exigidos pelo DEPTRANS, por meio de Portarias.

Art. 14 – Os veículos destinados ao serviço deverão ter categoria máxima equivalente a 300cc (trezentas cilindradas) e mínima de 125cc (cento e vinte e cinco cilindradas).

Art. 15 – A vistoria dos veículos dar-se-á semestralmente, conforme art. 4º da Resolução nº 356/10 do CONTRAN, quando serão verificadas as características fixadas pelo DEPTRANS, especialmente quanto à verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança, conforto, higiene, aspecto visual do veículo e documentação do permissionário, do condutor e do condutor auxiliar, a fim de prevenir e evitar acidentes, conforme a Lei Federal nº

12.009, de 29 de julho de 2009.

§ 1º – Somente será vistoriado o veículo cujo permissionário apresentar as certidões negativas de débitos com o Município de Toledo e com o Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR.

§ 2º – Independentemente da vistoria prevista no **caput** deste artigo ou poderão ser realizadas extraordinárias, a qualquer tempo.

§ 3º – Os veículos reprovados em vistorias, com vistoria vencida, em débito com o Município de Toledo ou com o DETRAN/PR, serão retirados de circulação, somente podendo voltar a operar após a sua regularização.

Art. 16 – Os veículos deverão ser registrados e licenciados pelo Órgão Executivo de Trânsito do Estado (DETRAN/PR) na categoria de aluguel, no Município de Toledo, atendendo ao disposto no artigo 135 do CTB, art. 1º da Resolução 356/10 e legislação complementar.

Art. 17 – Para a execução do serviço, o limite da vida útil dos veículos é de 6 (seis) anos, admitida a prorrogação por 2 (dois) anos mediante laudo de inspeção técnica semestral emitido por concessionária ou engenheiro mecânico devidamente credenciado no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), atestando o veículo para execução da atividade.

§ 1º – A contagem do prazo de vida útil de cada veículo terá como termo inicial o ano de sua fabricação especificado no Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo – CRLV.

§ 2º – Vencido o prazo máximo da vida útil, o permissionário terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para substituição do veículo, com a apresentação do novo veículo.

§ 3º – Para o cadastramento do novo veículo ou sua baixa do sistema de permissionário, será necessária a comprovação da completa descaracterização do veículo substituído ou baixado, bem como o cancelamento de todos os registros pertinentes ao serviço de que trata esta Lei, junto ao DETRAN/PR e ao DEPTRANS.

§ 4º – Correrão por conta do permissionário as despesas relativas à substituição ou baixa do veículo, quaisquer que sejam as suas causas.

CAPÍTULO VI DOS PERMISSIONÁRIOS, DOS CONDUTORES AUXILIARES E DOS PONTOS DE MOTOTÁXI

Art. 18 – O permissionário (mototaxista) operará, apenas, com 1 (um) veículo, e deverá providenciar seu cadastramento perante o Departamento de Trânsito e Rodoviário do Município – DEPTRANS, sendo renovado anualmente, mediante apresentação dos documentos para preenchimento dos seguintes requisitos:

I – ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

II – ser proprietário do veículo, admitido o arrendamento mercantil em nome do mesmo;



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano VII

Toledo, 04 de maio de 2016

Edição nº 1.491

Página 4

III – ser portador da carteira Nacional de Habilitação por, pelo menos, 2 (dois) anos, na categoria “A”, com aptidão para exercer a atividade remunerada, na forma do art. 147, do CTB;

IV – quitação eleitoral e, se do sexo masculino, quitação militar;

V – histórico da habilitação fornecida pelo Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN da Unidade da Federação em que foi emitida;

VI – comprovante de endereço emitido há, no máximo, 60 (sessenta) dias;

VII – duas fotografias de identificação recentes e datadas e no tamanho 3x4cm (três por quatro centímetros);

VIII – Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) como mototaxista, caso seja MEI;

IX – certidão de regularidade com as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal e com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

X – cadastro de contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) como autônomo no Município de Toledo;

XI – ter o veículo emplacado e registrado no Município de Toledo, na categoria aluguel;

XII – estar qualificado em curso especializado de condutor de mototáxi, na forma regulamentada pelo CONTRAN;

XIII – estar habilitado em processo licitatório;

XIV – não deter qualquer autorização, permissão ou concessão para fins comerciais, no Município de Toledo;

XV – não ser servidor público, em atividade, na esfera Municipal, Estadual ou Federal;

XVI – apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, expedida pelos cartórios criminais da comarca de Toledo, Paraná, em que não constem condenações com trânsito em julgado relativos aos crimes previstos no artigo 329 da Lei 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro);

XVII – não estar cadastrado como preposto em outros serviços de transporte;

XVIII – apresentar apólice de seguro com parcela única quitada, contra risco para o condutor do veículo e para o passageiro, em valor não inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por pessoa, valor este reajustado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, sem prejuízo da cobertura do seguro obrigatório (DPVAT);

XIX – apresentar o exame com tipo sanguíneo e fator RH, realizado por laboratório especializado;

XX – apresentar certidão informando o ponto de mototáxi a que está vinculado;

XXI – apresentar prova de sanidade física e mental, mediante atestado médico;

XXII – outros previstos no edital de licitação.

Art. 19 – O cadastramento e o recadastramento dos condutores auxiliares deverão ser renovados anualmente, mediante a apresentação de documentos que comprovem os seguintes requisitos:

I – ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

II – ser portador da carteira Nacional de Habilitação por, pelo menos, 2 (dois) anos, na categoria “A”, com aptidão para exercer a atividade remunerada, na forma do art. 147 do CTB;

III – quitação eleitoral e, se do sexo masculino, quitação militar;

IV – histórico da habilitação fornecida pelo Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN da Unidade da Federação em que foi emitida;

V – comprovante de endereço emitido há, no máximo, 60 (sessenta) dias;

VI – duas fotografias de identificação recentes e datadas e no tamanho 3x4cm (três por quatro centímetros);

VII – ser profissional autônomo cadastrado na Secretaria da Fazenda do Município;

VIII – comprovante de quitação com o INSS, como autônomo;

IX – estar qualificado em curso especializado de condutor de mototáxi, na forma regulamentada pelo CONTRAN;

X – não deter qualquer autorização, permissão ou concessão para fins comerciais, no Município de Toledo;

XI – apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, expedida pelos cartórios criminais da comarca de Toledo, Paraná, em que não constem condenações com trânsito em julgado relativos aos crimes previstos no artigo 329 da Lei 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro);

XII – não estar cadastrado como preposto em outros serviços de transporte;

XIII – apresentar o exame com tipo sanguíneo e fator RH, realizado por laboratório especializado;

XIV – apresentar prova de sanidade física e mental, mediante atestado médico;

XV – outros previstos no edital de licitação.

Art. 20 – Os pontos de mototáxi deverão obedecer aos seguintes requisitos:

I – possuir alvará em nome do responsável do ponto que deverá ser pessoa jurídica de direito privado estabelecida como agência de mototáxi;

II – ter licença do Corpo de Bombeiros;

III – ter licença da vigilância sanitária;

IV – ser dotado de instalações compatíveis para o atendimento ao público, possuindo estacionamento coberto suficiente para todas as motocicletas utilizadas para a prestação do serviço, cadastradas no ponto;

V – obter licença prévia do DEPTRANS sobre a localização e as instalações;

VI – apresentar Certidão Negativa do Imóvel a ser utilizado como ponto de mototáxi;

VII – Contrato de Locação, se for o caso, em nome da pessoa jurídica de direito privado estabelecida como agência de mototáxi.

§ 1º – O número de pontos de mototáxi que atuarão no Município será limitado a 1 (um) ponto para cada 25.000 (vinte e cinco mil) habitantes, de acordo com certidão oficial fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

§ 2º – O DEPTRANS solicitará ao Conselho Municipal de Trânsito de Toledo (CMTT) para analisar e aprovar regulamentos específicos que contemplem as peculiaridades do ponto de mototáxi a ser solicitado, desde que não infrinjam a legislação existente.

§ 3º – O responsável pelo ponto de mototáxi deverá apresentar, anualmente, lista de todos os condutores cadastrados, ou sempre que solicitado pelo DEPTRANS.



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano VII

Toledo, 04 de maio de 2016

Edição nº 1.491

Página 5

CAPÍTULO VII DA OPERAÇÃO

Art. 21 – São normas básicas da operação do Serviço de Mototáxi:

I – o veículo só poderá operar o serviço quando atendidos os requisitos e condições de segurança estabelecidos nesta Lei, no Código Nacional de Trânsito e em Resoluções do CONTRAN;

II – somente será permitido conduzir passageiros de acordo com as normas estabelecidas nesta Lei, no Código de Trânsito Brasileiro e em Resolução do CONTRAN;

III – poderá ser credenciado 01 (um) condutor auxiliar por veículo;

IV – o permissionário e o condutor auxiliar só poderão operar no veículo em que estiverem credenciados;

V – é vedada a publicidade e ou propaganda de qualquer natureza no veículo, no vestuário, nos capacetes e em qualquer acessório, exceto quando autorizado pelo órgão competente e aprovado o modelo pelo DEPTRANS, que será, no máximo, no espaço de 15x25cm (quinze por vinte e cinco centímetros) para publicação de propaganda no colete do condutor;

VI – é obrigatório para o permissionário e condutor auxiliar, quando em serviço, o uso dos seguintes equipamentos:

a) colete de segurança dotado de dispositivos retrorrefletivos, nos termos do Anexo III da Resolução nº 356/2010 do CONTRAN, com a identificação do nome do mototaxista e da agência/ponto de mototáxi a que estiver vinculado;

b) vestuário de proteção, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro;

c) capacete de segurança, individual, certificado pelo INMETRO conforme Resolução nº 453/13 e com dispositivos retrorrefletivos de acordo com o Anexo II da Resolução nº 356/2010 do CONTRAN;

d) portar capacete e touca descartável higienizada com proteção facial para o passageiro.

Art. 22 – As motocicletas utilizadas nos serviços de mototáxi terão livre circulação no Município, tendo unicamente como local e ponto para a prestação de serviços o ponto de mototáxi onde estiverem cadastrados.

§ 1º – Excepcionalmente, os mototaxistas poderão, ao retornarem à base, executar os serviços de mototáxi quando solicitados por usuário.

§ 2º – Serão admitidos pontos livres de captação de passageiros em locais de eventos realizados na cidade, os quais serão definidos pelo DEPTRANS, que estabelecerá o número de vagas, proporcional ao número de pontos de mototáxi, e procederá à devida sinalização.

§ 3º – Para efeito de embarque de passageiros, o mototaxista deverá respeitar a ordem de chegada no ponto, sob pena de sofrer as penalidades previstas nesta Lei.

Art. 23 – Somente poderão operar o serviço os profissionais devidamente habilitados conforme o Código de Trânsito Brasileiro, Resoluções do CONTRAN e a presente Lei.

Art. 24 – Os pontos de mototáxi poderão instalar

sistema de controle por rádio comunicação nos seus veículos, desde que autorizados pelo órgão nacional de telecomunicações competente.

CAPÍTULO VIII DA TARIFA REFERENCIAL

Art. 25 – O Executivo municipal fixará, por decreto, o valor máximo da tarifa para o serviço de mototáxi, que servirá como limitador para a definição da importância a ser efetivamente cobrada pelos prestadores.

Parágrafo único – A administração municipal poderá, também, verificada a conveniência ou a necessidade, exigir a instalação de mototaxímetros para a prestação do serviço de que trata esta Lei.

Art. 26 – O valor a ser efetivamente cobrado pela prestação do serviço de mototáxi será definido de comum acordo entre as partes (mototaxista e passageiro), limitado à tarifa máxima mencionada no **caput** do artigo anterior.

CAPÍTULO IX DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS PERMISSIONÁRIOS

Seção I Dos Direitos

Art. 27 – O DEPTRANS, a pedido do permissionário, observada a conveniência do serviço, poderá autorizar a suspensão da prestação dos serviços pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias por ano, prorrogável, uma única vez, por igual período.

Parágrafo único – A suspensão da prestação dos serviços sem autorização do DEPTRANS, ou por prazo superior ao autorizado, salvo quando apresentado atestado médico de saúde recomendando o afastamento, será considerada como desistência da permissão e acarretará sua cassação.

Seção II Das Obrigações

Art. 28 – Constituem obrigações dos permissionários e dos condutores auxiliares:

I – cumprir e fazer cumprir a presente Lei e demais normas legais pertinentes, observadas rigorosamente as especificações e características de exploração do serviço permitido;

II – prestar o serviço em conformidade com as especificações do DEPTRANS;

III – participar de programas e cursos destinados aos profissionais de mototáxi, qualificando e aperfeiçoando a prestação do serviço;

IV – assegurar, em caso de interrupção da viagem, a não cobrança ou devolução do valor da tarifa e providenciar outra condução para o passageiro;

V – tratar com polidez e urbanidade os passageiros, prepostos, os outros permissionários e o público em geral;

VI – providenciar a remoção do veículo envolvido em acidente, com ou sem vítima;

VII – informar ao DEPTRANS qualquer alteração cadastral;



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano VII

Toledo, 04 de maio de 2016

Edição nº 1.491

Página 6

VIII – portar, quando em serviço, capacetes para o condutor e o passageiro, bem como toucas descartáveis, com proteção facial e higienizada;

IX – permanecer, quando em serviço, com vestuário padronizado e identificado, conforme as determinações do DEPTRANS;

X – responsabilizar-se pelas despesas decorrentes do serviço, manutenção, tributos, encargos sociais e previdenciários, bem como as despesas decorrentes da compra de equipamentos para garantir os níveis e a segurança do serviço;

XI – manter apólice de seguro contra riscos para o condutor do veículo e para o passageiro, em valor não inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por pessoa, sem prejuízo da cobertura do seguro obrigatório (DPVAT);

XII – utilizar no serviço apenas veículos cadastrados no DEPTRANS;

XIII – manter o veículo e acessórios em perfeitas condições de mecânica, elétrica, higiene, conservação, segurança e funcionamento e com padrões de programação visual definidos pelo DEPTRANS;

XIV – portar, quando em serviço, os seguintes documentos:

- termo de permissão, fornecido pelo DEPTRANS;
- propriedade e licenciamento do veículo;
- habilitação;
- credenciamento do condutor, fornecido pelo DEPTRANS;
- termo de condutor auxiliar, fornecido pelo DEPTRANS;
- outros documentos de porte obrigatório exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro.

XV – executar o plano de manutenção preventiva recomendada pelo fabricante do veículo e pelo DEPTRANS;

XVI – substituir, imediatamente, o veículo quando este atingir o limite de vida útil estabelecida nesta Lei;

XVII – submeter o veículo, dentro dos prazos fixados, às vistorias que lhe forem determinadas;

XVIII – atender, de imediato, as determinações das autoridades competentes, apresentando os documentos e o veículo, quando solicitados;

XIX – adotar todas as providências determinadas nas notificações e intimações emanadas do DEPTRANS;

XX – descaracterizar o veículo quando da substituição do mesmo e/ou quando da desistência do serviço, dando baixa, inclusive, na respectiva placa de alugel;

XXI – utilizar no veículo somente combustível permitido pela legislação em vigor;

XXII – manter em operação somente veículo com certificado válido de vistoria e portando todos os equipamentos obrigatórios;

XXIII – permitir e facilitar ao DEPTRANS o exercício de suas funções, inclusive o acesso ao veículo e locais onde o mesmo estiver;

XXIV – comparecer pessoalmente ao DEPTRANS, nos seguintes casos:

- inclusão, exclusão ou atualização de cadastro de permissionário, condutor auxiliar ou veículos;
 - vistoria de veículo;
 - recebimento do Termo de Permissão e seus aditivos;
 - licenciamento anual.
- XXV – manter atualizadas suas obrigações fiscais

previdenciárias;

XXVI – perfazer uma jornada diária mínima de 8 (oito) horas, admitindo-se um máximo de 12 (doze) horas, desde que em períodos intercalados;

XXVII – apresentar ao DEPTRANS, no ato da vistoria semestral, o relatório da demanda de passageiros transportados no período, pelo respectivo veículo;

XXVIII – renovar seu cadastro permissionário anualmente;

XXIX – permanecer vinculado ao ponto de mototáxi pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses.

Seção III Das Proibições

Art. 29 – Constitui infração à presente Lei:

I – entregar a direção do veículo a condutor não cadastrado no DEPTRANS;

II – utilizar o veículo para quaisquer outros fins não autorizados pelo DEPTRANS;

III – utilizar-se ou, de qualquer forma, concorrer para a utilização do veículo em prática de ação delituosa, como tal definida em lei;

IV – abastecer o veículo quando transportando passageiros;

V – recusar o transporte de passageiros,
VI – não cobrar a tarifa fixada pelo Poder Executivo municipal;

VII – interromper a operação do serviço sem a prévia comunicação e anuência do DEPTRANS;

VIII – interromper a viagem, salvo em caso de avaria ou risco iminente;

IX – operar sem os equipamentos de segurança exigidos pelo DEPTRANS, tais como, colete, capacetes, touca higiênica e outros que vierem a ser exigidos;

X – não portar os documentos obrigatórios exigidos pelo DEPTRANS;

XI – transportar ou permitir o transporte de:

- explosivos;
- inflamáveis;
- drogas ilegais;
- objetos volumosos, cargas ou animais que comprometam o conforto e a segurança do passageiro;
- mulheres grávidas;
- criança menor de 7 (sete) anos ou que não tenha, nas circunstâncias, condições de cuidar de sua própria segurança, conforme art. 244, inciso V, do CTB;
- mais de um passageiro;

XII – fazer ponto em locais não autorizados pelo DEPTRANS;

XIII – trafegar com:
a) passageiro acomodado fora do assento da moto;
b) veículo que haja ultrapassado o limite de vida útil, estabelecido nesta Lei;

c) capacete com data de validade vencida, conforme legislação;

XIV – operar o serviço sem os equipamentos de controle exigidos pelo DEPTRANS;

XV – portar ou manter no veículo arma de qualquer espécie;

XVI – fumar ou permitir que o passageiro fume durante o percurso de viagem;

XVII – conduzir o veículo efetuando partidas, freadas ou conversões bruscas;

XVIII – estacionar motocicletas a uma distância



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano VII

Toledo, 04 de maio de 2016

Edição nº 1.491

Página 7

inferior a 100 (cem) metros dos terminais de transporte coletivo e/ou dos pontos autorizados de táxis ou mototáxi;

XIX – aliciar passageiros;

XX – lavar, consertar ou reparar o veículo em logradouro público;

XXI – forçar a saída de outro mototaxista estacionado ou dificultar seu estacionamento, em ponto livres;

XXII – operar o serviço de mototáxi em veículo não autorizado para o mesmo;

XXIII – admitir, no ponto de mototáxi, veículo e/ou condutor auxiliar não autorizado junto ao DEPTRANS;

XXIV – admitir, no ponto de mototáxi, permissionário não registrado para o respectivo Ponto;

XXV – comercializar, alugar ou arrendar a permissão e/ou o respectivo veículo para outro permissionário ou a terceiro;

XXVI – não obedecer à fila no ponto;

XXVII – usar o ponto livre como ponto fixo, recusando-se a deixar outros permissionários estacionarem no local;

XXVIII – sair da fila sem autorização, quando abordado pela fiscalização do DEPTRANS, mesmo quando atendendo ao pedido de passageiros;

XXIX – abandonar o veículo no ponto livre, por mais de 15 (quinze) minutos;

XXX – abandonar o veículo no ponto livre, com o intuito de burlar a fiscalização, ou utilizar do mesmo para efetuar serviços que não o de espera de passageiros;

XXXI – utilizar-se de fones nos ouvidos conectados a aparelhagem sonora ou de telefone celular com o veículo em movimento;

XXXII – utilizar-se de bebidas alcoólicas quando em serviço;

XXXIII – adentrar em órgão público ou estabelecimentos comerciais, portando capacete.

CAPÍTULO X

DO CONTROLE DE FISCALIZAÇÃO

Art. 30 – Compete ao DEPTRANS exercer, em caráter permanente, o controle e a fiscalização do Sistema de Transporte e Prestação de Serviços, por meio de motocicletas, no Município de Toledo, intervindo quando e da forma que se fizer necessária, para assegurar a continuidade, qualidade, segurança e padrões fixados.

§ 1º – As atividades de controle e fiscalização desenvolvidas pelo DEPTRANS e as determinações decorrentes serão consubstanciadas em atos formais.

§ 2º – No exercício da fiscalização poderão ser utilizados equipamentos para medição de velocidade e controle de ingestão de bebida alcoólica.

Art. 31 – A fiscalização do Órgão Executivo de Trânsito e Rodoviário do Município fará observar, ainda:

I – a conduta do permissionário;

II – a segurança, a higiene, as condições de chapeação, mecânica e elétrica de funcionamento do veículo e outros necessários;

III – o porte da documentação obrigatória;

IV – a cobrança das tarifas estabelecidas;

V – a instalação, manutenção e uso dos equipamentos de segurança exigidos pelo DEPTRANS.

CAPÍTULO XI

DA ATUAÇÃO

Art. 32 – O registro das irregularidades detectadas será feito pelos agentes da autoridade de trânsito do Departamento de Trânsito e Rodoviário do Município, mediante Auto de Infração, lavrado em formulário próprio.

§ 1º – Dependendo de sua natureza ou tipicidade, as infrações poderão ser constatadas pela fiscalização em campo e/ou nos arquivos e registros próprios.

§ 2º – Constatada a infração, será lavrado de ofício o Auto de Infração e a notificação será entregue pessoalmente ou via postal, mediante recibo, ou, ainda, através de publicação no Órgão Oficial do Município.

§ 3º – Sempre que possível, o Agente deverá solicitar a assinatura do infrator no Auto de Infração.

§ 4º – A ausência da assinatura do infrator não invalida o Auto de Infração.

Art. 33 – O Auto de Infração de que trata o artigo anterior deverá conter as seguintes informações:

I – nome do permissionário;

II – o número da permissão;

III – a placa de identificação do veículo;

IV – a identificação do infrator, quando possível;

V – o registro do infrator junto ao DEPTRANS, quando possível;

VI – o dispositivo regulamentar infringido;

VII – local, data e hora da irregularidade ou infração;

VIII – descrição sucinta da ocorrência;

IX – assinatura ou rubrica e o número de matrícula do agente que lavrou o Auto de Infração;

X – assinatura do infrator ou seu preposto, quando possível, valendo esta como notificação do cometimento da infração.

CAPÍTULO XII

DAS INFRAÇÕES, PENALIDADES E MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

Seção I

Das Infrações

Art. 34 – Constitui infração a inobservância a qualquer preceito desta Lei, Decretos e Anexos, estando o infrator sujeito às seguintes penalidades e medidas administrativas:

I – não executar o plano de manutenção preventiva recomendada pelo fabricante e/ou Órgão Executivo de Trânsito e Rodoviário do Município:

Infração: leve;

Penalidade: multa;

Medida Administrativa: impedimento operacional;

II – falta de higiene, conforto e conservação do veículo:

Infração: leve;

Penalidade: multa;

Medida Administrativa: impedimento operacional;

III – permissionário e/ou condutor auxiliar, quando em serviço, em condições inadequadas de asseio:

Infração: leve;

Penalidade: multa;

Medida Administrativa: impedimento operacional;



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano VII

Toledo, 04 de maio de 2016

Edição nº 1.491

Página 8

IV – lavar, consertar ou reparar o veículo em logradouro público:

Infração: leve;
Penalidade: multa;

V – deixar de fornecer touca higiênica descartável com proteção facial ao passageiro ou cobrar por isso:

Infração: leve;
Penalidade: multa;
Medida Administrativa: impedimento operacional;

VI – não permitir ou dificultar o DEPTRANS no levantamento de informações e realização de estudo:

Infração: leve;
Penalidade: multa;

VII – não tratar com polidez e urbanidade os passageiros, colegas de trabalho e o público em geral:

Infração: leve;
Penalidade: multa;

VIII – não atender ao pedido de embarque e desembarque de passageiros em locais autorizados:

Infração: leve;
Penalidade: multa;

IX – fumar ou admitir que alguém fume durante o percurso de viagem:

Infração: leve;
Penalidade: multa;

X – abastecer o veículo quando transportando passageiros:

Infração: leve;
Penalidade: multa;

XI – aliciar passageiros:
Infração: gravíssima;
Penalidade: multa;

XII – não providenciar outro veículo para o transporte de passageiros, em caso de interrupção de viagem:

Infração: leve;
Penalidade: multa;

XIII – cobrar ou não devolver a tarifa paga, no caso de interrupção de viagem:

Infração: média;
Penalidade: multa;

XIV – não descaracterizar o veículo, quando da substituição ou da baixa do mesmo:

Infração: média;
Penalidade: multa;

XV – transportar ou permitir o transporte de objetos volumosos, animais, carga e substância que prejudique o conforto, a comodidade, a saúde e a segurança dos usuários:

Infração: média;
Penalidade: multa;

XVI – não manter, o permissionário, apólice de seguro, contra riscos para o condutor do veículo e para o passageiro, em valor inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por pessoa:

Infração: grave;
Penalidade: multa;
Medida Administrativa: impedimento operacional;

XVII – não recolher o veículo para reparo, quando solicitado pelo agente da autoridade de trânsito do DEPTRANS:

Infração: grave;
Penalidade: multa;
Medida Administrativa: impedimento operacional;

XVIII – trafegar com veículo que apresente defeito mecânico, elétrico ou estrutural que implique desconforto ou

risco de segurança para os passageiros ou o trânsito em geral:

Infração: grave;
Penalidade: multa;

Medida Administrativa: impedimento operacional;
XIX – portar ou manter arma de qualquer espécie no veículo:

Infração: gravíssima;
Penalidade: multa;

Medida Administrativa: impedimento operacional;
XX – não adotar as providências solicitadas pela fiscalização para corrigir as irregularidades detectadas:

Infração: média;
Penalidade: multa;

Medida Administrativa: impedimento operacional;
XXI – não submeter o veículo à vistoria de rotina ou quando determinado pelo DEPTRANS:

Infração: média;
Penalidade: multa;

Medida Administrativa: impedimento operacional;
XXII – utilizar veículo fora das características e especificações estabelecidas pelo DEPTRANS:

Infração: média;
Penalidade: multa;

Medida Administrativa: impedimento operacional;
XXIII – manter em serviço o veículo cujo impedimento de operar tenha sido determinado pelo DEPTRANS:

Infração: gravíssima;
Penalidade: multa;

XXIV – não substituir veículo com idade limite ultrapassada:

Infração: média;
Penalidade: multa;

Medida Administrativa: impedimento operacional;
XXV – utilizar-se do veículo para outros fins, não autorizados pelo DEPTRANS:

Infração: grave;
Penalidade: multa;

XXVI – utilizar no veículo combustível não autorizado pelo órgão competente:

Infração: grave;
Penalidade: multa;

XXVII – operar o serviço de mototáxi em veículos não autorizado para o mesmo:

Infração: gravíssima;
Penalidade: multa;

Medida Administrativa: impedimento operacional;
XXVIII – falta ou defeito de equipamentos exigidos pelo DEPTRANS:

Infração: média;
Penalidade: multa;

Medida Administrativa: impedimento operacional;
XXIX – utilizar capacete com data de validade vencida, especificada pelo fabricante, conforme Instrução do INMETRO:

Infração: média;
Penalidade: multa;

Medida Administrativa: impedimento operacional;
XXX – utilizar equipamentos ou propagandas de qualquer natureza no veículo, sem a devida autorização do DEPTRANS:

Infração: média;
Penalidade: multa;

Medida Administrativa: impedimento operacional;
XXXI – permissionário e/ou condutor auxiliar, quando

Infração: média;
Penalidade: multa;

Medida Administrativa: impedimento operacional;

Infração: média;
Penalidade: multa;

Medida Administrativa: impedimento operacional;

Infração: média;
Penalidade: multa;

Medida Administrativa: impedimento operacional;



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano VII

Toledo, 04 de maio de 2016

Edição nº 1.491

Página 9

em serviço, sem o colete e/ou capacete padronizados pelo DEPTRANS:

Infração: grave;

Penalidade: multa;

XXXII – utilizar o veículo com ausência, vencida e/ou rasura do selo ou do certificado de vistoria:

Infração: média;

Penalidade: multa;

Medida Administrativa: impedimento operacional;

XXXIII – não portar a documentação referente à permissão, propriedade e licenciamento do veículo, habilitação do condutor e registro do condutor auxiliar, quando em serviço:

Infração: grave;

Penalidade: multa;

Medida Administrativa: impedimento operacional;

XXXIV – não manter atualizadas as obrigações fiscais e/ou previdenciárias:

Infração: grave;

Penalidade: multa;

Medida Administrativa: impedimento operacional;

XXXV – por não renovar o termo de permissão nos prazos e critérios estabelecidos pelo DEPTRANS e exigências regulamentares:

Infração: grave;

Penalidade: multa;

Medida Administrativa: impedimento operacional;

XXXVI – apresentar documentação adulterada ou irregular, ou informações falsas com fins de burlar a ação da fiscalização:

Infração: grave;

Penalidade: multa;

Medida Administrativa: impedimento operacional;

XXXVII – portar, quando em serviço, documentação referente à permissão, à propriedade, ao licenciamento do veículo e à habilitação com validade vencida:

Infração: grave;

Penalidade: multa;

Medida Administrativa: impedimento operacional;

XXXVIII – admitir, no ponto de mototáxi, permissionário não registrado junto ao respectivo ponto:

Infração: grave;

Penalidade: multa;

XXXIX – admitir, no ponto de mototáxi, veículo e/ou condutores não autorizados pelo DEPTRANS:

Infração: grave;

Penalidade: multa;

XL – fazer ponto ou instalar ponto de mototáxi, a uma distância inferior a 100 (cem) metros dos terminais de transporte coletivo, pontos autorizados de táxis e de outros pontos de mototáxi:

Infração: grave;

Penalidade: multa;

Medida Administrativa: impedimento operacional;

XLI – dificultar a ação fiscalizadora dos agentes da fiscalização:

Infração: grave;

Penalidade: multa;

XLII – desacatar ou agredir fisicamente qualquer agente de fiscalização do DEPTRANS, passageiro ou colega de trabalho:

Infração: grave;

Penalidade: multa;

XLIII – conduzir inadequadamente o veículo nas vias públicas do município, colocando em risco sua própria

pessoa e os demais:

Infração: grave;

Penalidade: multa;

XLIV – interromper a operação do serviço sem prévia comunicação e ausência do DEPTRANS:

Infração: grave;

Penalidade: multa;

XLV – trabalhar no sistema de transporte e prestação de serviço, por meio de motocicletas (mototáxi), sem ser licenciado e/ou cadastrado pelo DEPTRANS, para esse fim:

Infração: gravíssima;

Penalidade: multa;

Medida Administrativa: impedimento operacional;

XLVI – utilizar em serviço condutor não cadastrado no DEPTRANS:

Infração: gravíssima;

Penalidade: multa;

Medida Administrativa: impedimento operacional;

XLVII – utilizar-se, ou de qualquer forma concorrer para a utilização, do veículo em prática de ação delituosa, como tal definida em lei:

Infração: gravíssima;

Penalidade: multa;

Medida Administrativa: impedimento operacional;

XLVIII – comercializar, alugar ou arrendar a permissão e/ou o respectivo veículo para outro permissionário ou a terceiro:

Infração: gravíssima;

Penalidade: multa;

Medida Administrativa: impedimento operacional;

XLIX – permitir, na operação do serviço, condutor auxiliar com credenciamento vencido perante o DEPTRANS:

Infração: grave;

Penalidade: multa;

Medida Administrativa: impedimento operacional;

L – fazer ponto em local não permitido pelo DEPTRANS:

Infração: média;

Penalidade: multa;

LI – forçar a saída de outro mototáxi estacionado, ou dificultar seu estacionamento, em ponto livre:

Infração: média;

Penalidade: multa;

LII – não obedecer à fila no ponto:

Infração: média;

Penalidade: multa;

LIII – usar o ponto livre como ponto fixo, recusando-se a deixar outros permissionários ali estacionarem:

Infração: média;

Penalidade: multa;

LIV – tentar sair da fila sem autorização quando abordado pela fiscalização do DEPTRANS, mesmo quando atendendo aos pedidos de passageiros:

Infração: média;

Penalidade: multa;

LV – abandonar o veículo no ponto livre, por mais de 15 (quinze) minutos:

Infração: média;

Penalidade: multa;

LVI – abandonar o veículo no ponto livre, com o intuito de burlar a fiscalização ou utilizar o ponto livre para efetuar serviços que não o da espera de passageiros:

Infração: média;

Penalidade: multa;

LVII – cobrar tarifa diferente, quando estabelecida



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano VII

Toledo, 04 de maio de 2016

Edição nº 1.491

Página 10

pelo Chefe do Executivo municipal:

Infração: média;

Penalidade: multa;

LVIII – trafegar com passageiro acomodado fora do

assento da moto:

Infração: média

Penalidade: multa;

LIX – condutor utilizando-se de fones nos ouvidos conectados a aparelhagem sonora ou de telefone celular com o veículo em movimento:

Infração: média;

Penalidade: multa;

LX – não retirar o capacete ao adentrar em repartições públicas ou estabelecimentos comerciais:

Infração: leve;

Penalidade: multa.

Seção II Das Penalidades

Art. 35 – Por infração ao disposto nesta Lei e em seus regulamentos serão aplicadas as penalidades a seguir, conforme a natureza das infrações:

I – advertência por escrito;

II – autuação e multa;

III – suspensão da permissão;

IV – revogação da permissão;

V – cassação do credenciamento de condutor auxiliar;

VI – cassação da permissão outorgada ao permissionário.

§ 1º – Aplicar-se-ão, cumulativamente, as penalidades previstas para cada infração, quando duas ou mais forem simultaneamente cometidas.

§ 2º – Os permissionários são responsáveis pelas infrações cometidas por si e pelos respectivos condutores auxiliares.

§ 3º – A advertência por escrito poderá ser aplicada pelo Agente do DEPTRANS, através de notificação/orientação, sempre que forem constatadas irregularidades, possíveis de serem sanadas e que não coloquem em risco a segurança e a continuidade do serviço.

§ 4º – As penalidades constantes desta Lei não elidem os permissionários da aplicação das penalidades previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 36 – Ao permissionário ou condutor auxiliar que desrespeitar as normas estabelecidas nesta Lei serão aplicadas as seguintes penalidades:

I – suspensão da permissão por 2 (dois) meses, após o condutor atingir 3 (três) infrações, no período de 12 (doze) meses;

II – revogação da permissão após o condutor atingir 5 (cinco) infrações, no período de 12 (doze) meses;

III – cassação da permissão, quando:

a) ficar comprovado, em processo administrativo regular, a reincidência na condução de veículo permissionário, em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias entorpecentes;

b) for o permissionário condenado em processo criminal que resulte em aplicação de pena de reclusão em

regime fechado;

c) o permissionário interromper a prestação dos serviços por prazo superior a 30 (trinta) dias, como previsto nesta Lei, salvo quando esse afastamento for decorrente de indicação médica mediante apresentação de atestado médico;

d) o permissionário não comparecer para renovar o seu cartão de permissão na data prevista, exceto quando justificar, em até 30 (trinta) dias, através de protocolo, o motivo da não renovação da credencial, que será analisado pela Assessoria Jurídica do DEPTRANS;

e) ficar caracterizado que o permissionário, lançando mão de subterfúgios, intentou a transferência de permissão;

f) descumprir a penalidade de suspensão da permissão ou colocar em operação veículo que tenha sido lacrado, nos termos desta Lei;

g) venha o permissionário a deter do Município de Toledo, qualquer concessão ou permissão para fins comerciais;

h) o permissionário atingir 20 (vinte) pontos em infrações de trânsito no prazo de 12 (doze) meses, conforme disposições do Código de Trânsito Brasileiro;

i) não renovar o Termo de Permissão dentro do prazo e critérios estabelecidos pelo DEPTRANS;

IV – cassação do credenciamento de condutor auxiliar, quando:

a) ficar comprovada a reincidência na condução do veículo permissionário, em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias entorpecentes;

b) for o condutor auxiliar condenado em processo criminal que resulte em aplicação de pena de reclusão em regime fechado;

c) não cumprir a penalidade de suspensão do credenciamento de condutor auxiliar;

d) venha o condutor auxiliar a deter no Município de Toledo, qualquer concessão ou permissão para fins comerciais;

e) não renovar o credenciamento de condutor auxiliar dentro do prazo e critérios estabelecidos pelo DEPTRANS.

§ 1º – O permissionário que tiver sua permissão cassada somente poderá obter outra depois de decorridos 2 (dois) anos da efetivação da cassação.

§ 2º – Cumprida a suspensão da permissão, o permissionário deverá apresentar-se no DEPTRANS, comprovando terem sido sanadas as irregularidades que lhe deram causa.

§ 3º – O condutor auxiliar que tiver seu credenciamento cassado, somente poderá obter outro depois de decorridos 2 (dois) anos da efetivação da cassação.

Art. 37 – As infrações punidas com multa classificam-se, de acordo com a sua gravidade, em quatro categorias, com valores pecuniários correspondentes a:

I – Leve: multa no valor de 1 (uma) Unidade de Referência de Toledo – URT;

II – Média: multa no valor de 2 (duas) Unidades de Referências de Toledo – URTs;

III – Grave: multa no valor de 3 (três) Unidades de Referências de Toledo – URTs;

IV – Gravíssima: multa no valor de 5 (cinco) Unidades de Referências de Toledo – URTs.



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano VII

Toledo, 04 de maio de 2016

Edição nº 1.491

Página 11

§ 1º – As infrações para as quais não haja penalidade específica serão puníveis com multas iguais a 3 (três) Unidades de Referências de Toledo – URTs.

§ 2º – As multas deverão ser recolhidas mediante o recolhimento de guia própria, no prazo de vinte dias contados da sua definitiva imposição, em favor do Fundo Municipal de Trânsito.

§ 3º – Entende-se como definitivamente imposta a multa quando dela não mais caiba impugnação ou recurso administrativo.

§ 4º – A multa não paga no prazo regulamentar será inscrita em Dívida Ativa, com a emissão da respectiva Certidão para a subsequente execução judicial.

Art. 38 – Ficam os permissionários e/ou condutores auxiliares responsáveis, perante a Justiça, por quaisquer acidentes que venham provocar danos físicos e ou materiais aos passageiros e a terceiros.

Art. 39 – Compete ao DEPTRANS a aplicação das penalidades de multas, suspensão da permissão, revogação da permissão e cassação do credenciamento do condutor auxiliar.

Parágrafo único – A aplicação da penalidade de cassação da permissão outorgada ao permissionário é de competência exclusiva do Poder Executivo municipal.

Art. 40 – Os veículos que forem flagrados trabalhando no sistema de transporte e prestação de serviços, por meio de motocicletas (mototáxi) sem a devida permissão, estarão sujeitos à aplicação das penalidades previstas nesta Lei e demais diplomas legais e regulamentares pertinentes.

Art. 41 – A aplicação das penalidades previstas nesta Lei não exime o infrator das cominações cível e penal cabíveis.

Seção III

Da Medida Administrativa

Art. 42 – O DEPTRANS, através de seus Agentes, deverá adotar, como medida administrativa, o impedimento operacional, nos casos e circunstâncias previstas nesta Lei.

Art. 43 – A adoção da medida administrativa não elide a aplicação das penalidades impostas por infrações estabelecidas nesta Lei, possuindo caráter complementar a essas.

Parágrafo único – A impossibilidade de aplicação de medida administrativa prevista para infração não invalidará a autuação pela infração cometida, nem a imposição das penalidades previstas.

Seção IV

Dos Preços Públicos

Art. 44 – Para obtenção dos documentos citados nesta Lei, os condutores permissionários e auxiliares, deverão pagar, mediante guia própria, com o protocolo de solicitação ao DEPTRANS, em favor do Fundo Municipal de Trânsito, os seguintes preços públicos:

I – 1 (uma) Unidade de Referência de Toledo – URT, por expedição e renovação do cartão de permissão do condutor;

II – 1 (uma) Unidade de Referência de Toledo – URT, por expedição e renovação do cartão do condutor auxiliar;

III – 1 (uma) Unidade de Referência de Toledo – URT, por vistoria veicular;

IV – 2 (duas) Unidades de Referência de Toledo – URTs, por mudança de ponto do condutor permissionário;

V – 3 (três) Unidades de Referência de Toledo – URTs, por abertura de ponto;

VI – 3 (três) Unidades de Referência de Toledo – URTs, por transferência de localização de ponto;

VII – 3 (três) Unidades de Referência de Toledo – URTs, por transferência de responsabilidade de ponto.

CAPÍTULO XIII DOS RECURSOS

Art. 45 – Contra as penalidades impostas pelo DEPTRANS, o infrator terá, a partir da notificação, prazo de 5 (cinco) dias para protocolar defesa prévia escrita e juntar fotocópia da documentação obrigatória e dirigida à Diretoria do DEPTRANS, instruída, desde logo, com as provas que possuir.

§ 1º – Julgada procedente a defesa prévia apresentada pelo permissionário, no caso de veículo cadastrado no DEPTRANS, será restituído o valor da respectiva multa, mediante a apresentação de requerimento, através de processo administrativo.

§ 2º – Julgada procedente a defesa prévia apresentada, no caso de veículos que forem flagrados trabalhando no serviço de transporte individual de passageiros por motocicleta, denominado Mototáxi, sem a devida permissão, serão restituídos os valores da respectiva multa, mediante a apresentação de requerimento, através de processo administrativo.

§ 3º – A não apresentação de defesa, dentro do prazo legal, implicará o julgamento à revelia, com a aplicação das penalidades correspondentes.

Art. 46 – Das decisões de primeira instância caberá recurso, no prazo de cinco dias, a contar da notificação da decisão feita diretamente ao infrator, ou por via postal, com A.R., ou da publicação de edital resumido no Órgão Oficial Eletrônico do Município, à Junta de Recursos de Transportes, que funcionará como órgão de segunda instância, composta pelos seguintes membros:

I – Secretário Municipal de Segurança e Trânsito;

II – três servidores efetivos lotados na Secretaria de Segurança e Trânsito, designados pelo Chefe do Executivo municipal.

Parágrafo único – Não caberá novo recurso da decisão da Junta de Recursos de Transportes, dando-se o processo por encerrado, com a consequente notificação do infrator.

CAPÍTULO XIV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 47 – A existência de débitos fiscais, multas de



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano VII

Toledo, 04 de maio de 2016

Edição nº 1.491

Página 12

trânsito da pessoa jurídica ou física, junto ao Município de Toledo, impedirá a tramitação de qualquer requerimento, seja para habilitar-se no processo licitatório e ou para a renovação de Termo de Permissão ou credenciamento do condutor auxiliar e outros que o DEPTRANS entender necessários.

Art. 48 – As permissões serão outorgadas pelo prazo de 5 (cinco) anos, renovável, uma única vez, por igual período, obedecido o disposto nesta Lei, no Edital de Licitação e na legislação federal aplicável.

Art. 49 – O DEPTRANS poderá firmar convênio com outros órgãos federais, estaduais e municipais para o cumprimento dos dispositivos desta Lei.

Art. 50 – Os mototaxistas que, na data da publicação desta Lei, já desempenhem de forma regular a atividade no Município de Toledo, de acordo com a legislação até então vigente, deverão adequar-se às exigências e especificações ora estabelecidas no prazo máximo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a contar da data da publicação desta Lei.

Art. 51 – O Município de Toledo e o DEPTRANS não serão responsáveis, quer em relação ao permissionário, quer perante os passageiros e a terceiros, por quaisquer prejuízos decorrentes da execução dos serviços permitidos, inclusive os resultantes de infrações a dispositivos legais ou regimentais, dolo, ação ou omissão voluntária, negligência ou impudência dos empregados, agentes ou prepostos dos permissionários.

Art. 52 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Departamento de Trânsito e Rodoviário do Município de Toledo – DEPTRANS, que poderá baixar normas de natureza complementar a esta Lei.

Art. 53 – Ficam revogadas as Leis “R” nºs 77, de 1º de agosto de 2005, e 132, de 9 de dezembro de 2005.

Art. 54 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 3 de maio de 2016.

LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

NÉLVIO JOSÉ HÜBNER
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO





ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano VII

Toledo, 04 de maio de 2016

Edição nº 1.491

Página 13

PORTARIA Nº 205, de 2 de maio de 2016

Exclui gratificação atribuída a servidora pública municipal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

considerando a solicitação contida no Ofício nº 56/2016, desta data, da Secretária de Recursos Humanos do Município,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica excluída, a contar desta data, a gratificação correspondente à FG 04 – Coordenação de Área Pedagógica, atribuída à servidora Ana Paula Santi, no tocante ao segundo cargo de Professor II T20.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 2 de maio de 2016.

LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

PORTARIA Nº 206, de 2 de maio de 2016

Exonera, a pedido, **Greby Fabian Ruíz Ortuño** do cargo de Médico T6 I – Ginecologista Plantonista.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que preceituam a alínea “a” do inciso II do **caput** do artigo 61 da Lei Orgânica do Município de Toledo e o inciso I do artigo 44 da Lei nº 1.822/1999 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

considerando a solicitação formulada através do Requerimento protocolizado na Municipalidade sob nº 16.646, desta data,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica exonerado, a pedido, **Greby Fabian Ruíz Ortuño** do cargo de Médico T6 I – Ginecologista Plantonista, Grupo Ocupacional B-5, a contar desta data.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 2 de maio de 2016.

LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

MARINES BETTEGA
SECRETÁRIA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 207, de 3 de maio de 2016

Exonera, a pedido, **Liara Graciela Beutler** do cargo de Assistente em Administração I.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que preceituam a alínea “a” do inciso II do **caput** do artigo 61 da Lei Orgânica do Município de Toledo e o inciso I do artigo 44 da Lei nº 1.822/1999 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

considerando a solicitação formulada através do Requerimento protocolizado na Municipalidade sob nº 16.719, de 2 de maio de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica exonerada, a pedido, **Liara Graciela Beutler** do cargo de Assistente em Administração I, Grupo Ocupacional A-1, a contar desta data.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 3 de maio de 2016.

LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

MARINES BETTEGA
SECRETÁRIA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 208, de 3 de maio de 2016

Nomeia **Suzamar Stéfani Jandrey Dorfschmidt** no cargo de Assistente Social I.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que preceituam a alínea “a” do inciso II do **caput** do artigo 61 da Lei Orgânica do Município e o inciso I do **caput** do artigo 12 da Lei nº 1.822/1999 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

considerando a aprovação e classificação de **Suzamar Stéfani Jandrey Dorfschmidt** no Concurso Público nº 02/2013, para o cargo de Assistente Social I,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica nomeada **Suzamar Stéfani Jandrey Dorfschmidt** no cargo de Assistente Social I, Grupo Ocupacional B-2, Padrão 09, Referência “A” da Tabela A-1 da Lei nº 1.821/1999, a contar de **5 de maio de 2016**.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 3 de maio de 2016.



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano VII

Toledo, 04 de maio de 2016

Edição nº 1.491

Página 14

LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

MARINES BETTEGA
SECRETÁRIA DE RECURSOS HUMANOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 097/2016

OBJETO: Seleção de propostas visando a contratação de empresa(s) para serviços de transporte rodoviário tipo ônibus com capacidade para 44 lugares ou mais, microônibus com capacidade de 27 lugares ou mais e vans com capacidade de 15 lugares ou mais, para realização de transportes e viagens com alunos das Escolas Municipais, referente a eventos da Secretaria de Educação no ano de 2016, de acordo com a Lei "R" nº 48 de 27 de Abril de 2007, Lei "R" nº 061, de 15 de junho de 2009. **DATA DE ABERTURA:** 01 DE JUNHO DE 2016, às 14h00min. **VALOR MÁXIMO:** R\$ 55.540,00 (cinquenta e cinco mil e quinhentos e quarenta reais).

TOMADA DE PREÇOS Nº 030/2016

OBJETO: Contratação de empresa para execução global (material e mão de obra) dos serviços de reforma e ampliação da Escola Municipal São Dimas, localizada na Rua Matelândia, na localidade Bom Princípio, neste município de Toledo-PR, conforme orçamento, cronograma físico financeiro e projetos anexos ao processo licitatório. **DATA DE ABERTURA:** 30 de MAIO de 2016, às 14h00min. **VALOR MÁXIMO:** R\$ 494.616,56 (quatrocentos e noventa e quatro mil e seiscentos e dezesseis reais e cinquenta e seis centavos).

ADENDO I - REF. TOMADA DE PREÇOS Nº 019/2016

O Secretário da Administração do Município de Toledo/PR torna público a quem interessar possa que na licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS nº 019/2016, cujo objeto é LOTE 01: contratação de empresa de engenharia para elaboração de Projeto Elétrico, Telefônico e Lógico de prédios públicos; LOTE 02: contratação de empresa de engenharia para elaboração de Projeto Estrutural para concreto armado de prédios públicos e LOTE 03: execução global (material e mão de obra) dos serviços de reforma de cobertura dos acessos e pintura da estrutura e guarda corpo no Paço Municipal, localizado na Rua Raimundo Leonardi, Centro, neste município de Toledo; conforme cronograma físico financeiro e projeto anexo ao processo licitatório, há a seguinte retificação:

➤ No Item 3.3 alínea "n" do edital:

Onde se lê: Para os Lotes 01 e 03: Certidão de Registro de Regularidade de situação junto ao CREA, da empresa licitante e do responsável técnico envolvidos diretamente na obra. A Certidão deverá ser emitida pelo CREA do Paraná ou por ele ser vistada quando a empresa licitante não for sediada no Paraná.

Leia-se: Para os Lotes 01 e 03: Certidão de Registro de Re-

gularidade de situação junto ao CREA, da empresa licitante e do responsável técnico envolvidos diretamente na obra.

➤ No Item 3.3 alínea "o" do edital:

Onde se lê: Para o Lote 02: Certidão de Registro de Regularidade de situação junto ao CREA e/ou CAU, da empresa licitante. A Certidão deverá ser emitida pelo CREA e/ou CAU do Paraná ou por ele ser vistada quando a empresa licitante não for sediada no Paraná.

Leia-se: Para o Lote 02: Certidão de Registro de Regularidade de situação junto ao CREA e/ou CAU, da empresa licitante.

➤ Fica incluído no edital bem como na Minuta do Contrato:

1.4 - No momento da assinatura do contrato, a empresa vencedora, caso não seja sediada no Estado do Paraná, deverá apresentar a Certidão de Registro de Regularidade de situação junto ao CREA e/ou CAU, com o devido visto do CREA/CAU do Estado do Paraná. Assim, por consequência, os envelopes que deveriam ser protocolizados até o dia 06 DE MAIO DE 2016, às 10h00min, poderão ser protocolizados até às 10h00min do dia 02 DE JUNHO DE 2016, no setor de protocolo da Prefeitura do Município de Toledo, conforme prevê o edital. Da mesma forma a abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, a ser realizada no dia 02 DE JUNHO DE 2016, às 10h00min, de acordo com a legislação vigente mencionada no preâmbulo deste Edital. Permanecem inalteradas as demais condições previstas no edital. Gabinete do Secretário da Administração do Município de Toledo-PR, em 03 de Maio de 2016. NÉLVIO JOSÉ HÜBNER - SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

- O(s) edital(is) encontra(m)-se à disposição para aquisição no site: www.toledo.pr.gov.br - link Licitações. Demais informações: Depto. Licitações e Contratos do Município de Toledo, Rua Raimundo Leonardi, 1586, Centro, Toledo/Pr, de segunda a sexta-feira, Fone: (45) 3055-8819 Fax: 3378-1704, e-mail: compras.documentacao@toledo.pr.gov.br

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO REF: LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA SOB Nº 012/2016

A Comissão Permanente de Licitações comunica aos interessados que, após análise e verificação da proposta apresentada na licitação mencionada, a classificação ficou a seguinte:

Lote 01:

- A empresa **ECEC – EMPRESA CASCAVELENSE DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES - LTDA**, foi declarada vencedora com uma proposta no valor global de **R\$ 3.801.470,04** (três milhões oitocentos e um mil quatrocentos e setenta reais e quatro centavos).

Comunica, outrossim, que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da publicação deste edital, a comissão de licitação dará vistas ao respectivo processo licitatório, a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada.

Toledo, 03 de maio de 2016.

ELOI LUIZ PIEROZAN
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano VII

Toledo, 04 de maio de 2016

Edição nº 1.491

Página 15

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO REF: LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇOS SOB Nº 013/2016
A Comissão Permanente de Licitações comunica aos interessados que, após análise e verificação da proposta apresentada na licitação mencionada, a classificação ficou a seguinte:

Lote 01:

- A empresa **TERRAPLANAGEM R. B. LTDA - EPP**, foi declarada vencedora com uma proposta no valor de R\$ 169,00 (cento e sessenta e nove reais) por hora/máquina, perfazendo o valor global de **R\$ 172.380,00** (cento e setenta e dois mil trezentos e oitenta reais).

- A empresa **P. M. DA CUNHA GONÇALVES & CIA LTDA ME**, teve sua proposta desclassificada por ter cotado Pá Carregadeira Caterpillar modelo 924 K, com peso operacional de 11.550 Kg, portanto em desacordo com o anexo I e o Termo de Referência do edital, que pede: Pá Carregadeira com peso operacional de no mínimo 14.000 Kg.

Comunica, outrossim, que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da publicação deste edital, a comissão de licitação dará vistas ao respectivo processo licitatório, a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada.

Toledo, 03 de maio de 2016.

ELOI LUIZ PIEROZAN
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

ERRATA

No Extrato de Termo de Convênio, publicado no Órgão Oficial Eletrônico do Município, em 30/3/2016, edição nº 1.467, constatou-se a existência de equívocos na redação do referido Termo, tornando-se necessária as seguintes correções, de modo que:

ONDE SE LÊ

Termo de Convênio nº 11/2016 do Município de Toledo/PR e o Conselho Escolar da Escola Municipal São Francisco de Assis e recursos do Ministério da Educação – MEC/FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, ano 2016.

Objeto: depósitos bancários que somam R\$ 19.034,73 (dezenove mil trinta e quatro reais e setenta e três centavos) oriundos do Ministério da Educação – MEC/FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola/PDDE, e que devem ser aplicados, acrescidos dos rendimentos de aplicações financeiras, da seguinte maneira: a importância de R\$ 6.390,00 (seis mil trezentos e noventa reais), recebida no exercício de 2015, referente a 2014, sendo R\$ 1.278,00 (hum mil duzentos e setenta e oito reais) em Despesas de Custeio e R\$ 5.112,00 (cinco mil cento e doze reais) em Despesas de Capital; a importância de R\$ 12.180,00 (doze mil cento e oitenta reais), recebida no exercício de 2016, referente a 2015, para ser aplicado em Despesas de Capital. O valor de R\$ 464,73 (quatrocentos e sessenta e quatro reais e setenta e três centavos), referentes aos Rendimentos sobre Aplicações Financeiras será utilizado em Despesas de Custeio.

Data da assinatura 28/03/2016 e vigência até 31/10/2016.

LEIA-SE

Termo de Convênio nº 11/2016 do Município de Toledo/PR e o Conselho Escolar da Escola Municipal São Francisco de Assis e recursos do Ministério da Educação – MEC/FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, ano 2016.

Objeto: depósitos bancários que somam R\$ 19.034,73 (dezenove mil trinta e quatro reais e setenta e três centavos) oriundos do Ministério da Educação – MEC/FNDE/Programa

Dinheiro Direto na Escola/PDDE, e que devem ser aplicados, acrescidos dos rendimentos de aplicações financeiras, da seguinte maneira: a importância de R\$ 6.390,00 (seis mil trezentos e noventa reais), recebida no exercício de 2015, referente a 2014, sendo R\$ 1.278,00 (hum mil duzentos e setenta e oito reais) em Despesas de Custeio e R\$ 5.112,00 (cinco mil cento e doze reais) em Despesas de Capital; a importância de R\$ 12.180,00 (doze mil cento e oitenta reais), recebida no exercício de 2016, referente a 2015, sendo R\$ R\$ 9.744,00 (nove mil setecentos e quarenta e quatro reais) a ser aplicada em Despesas de Custeio e R\$ 2.436,00 (dois mil quatrocentos e trinta e seis reais) a ser aplicado em Despesas de Capital. O valor de R\$ 464,73 (quatrocentos e sessenta e quatro reais e setenta e três centavos), referentes aos Rendimentos sobre Aplicações Financeiras será utilizado em Despesas de Custeio.

Data da assinatura 28/03/2016 com prazo de execução até 31/10/2016 e prazo de vigência até 31/12/2016.

ERRATA

No Extrato de Termo de Convênio, publicado no Órgão Oficial Eletrônico do Município, em 30/3/2016, edição nº 1.467, constatou-se a existência de equívocos na redação do referido Termo, tornando-se necessária as seguintes correções, de modo que:

ONDE SE LÊ

Termo de Convênio nº 15/2016 do Município de Toledo/PR e o Conselho Escolar da Escola Municipal Ivo Welter e recursos do Ministério da Educação – MEC/FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, ano 2016.

Objeto: depósitos bancários que somam R\$ 18.506,34 (dezoito mil quinhentos e seis reais e trinta e quatro centavos) oriundos do Ministério da Educação – MEC/FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola/PDDE, e que devem ser aplicados, acrescidos dos rendimentos de aplicações financeiras, da seguinte maneira: a importância de R\$ 5.880,00 (cinco mil oitocentos e oitenta reais), recebida no exercício de 2015, referente a 2014, sendo R\$ 1.470,00 (hum mil quatrocentos e setenta reais) em Despesas de Custeio e R\$ 4.410,00 (quatro mil quatrocentos e dez reais) em Despesas de Capital; a importância de R\$ 12.200,00 (doze mil e duzentos reais), recebida no exercício de 2016, referente a 2015, para ser aplicado em Despesas de Capital. O valor de R\$ 426,34 (quatrocentos e vinte e seis reais e trinta e quatro centavos), referentes aos Rendimentos sobre Aplicações Financeiras será utilizado em Despesas de Custeio.

Data da assinatura 28/03/2016 e vigência até 31/10/2016.

LEIA-SE

Termo de Convênio nº 15/2016 do Município de Toledo/PR e o Conselho Escolar da Escola Municipal Ivo Welter e recursos do Ministério da Educação – MEC/FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, ano 2016.

Objeto: depósitos bancários que somam R\$ 18.506,34 (dezoito mil quinhentos e seis reais e trinta e quatro centavos) oriundos do Ministério da Educação – MEC/FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola/PDDE, e que devem ser aplicados, acrescidos dos rendimentos de aplicações financeiras, da seguinte maneira: a importância de R\$ 5.880,00 (cinco mil oitocentos e oitenta reais), recebida no exercício de 2015, referente a 2014, sendo R\$ 1.470,00 (hum mil quatrocentos e setenta reais) em Despesas de Custeio e R\$ 4.410,00 (quatro mil quatrocentos e dez reais) em Despesas de Capital; a importância de R\$ 12.200,00 (doze mil e duzentos reais), recebida no exercício de 2016, referente a



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano VII

Toledo, 04 de maio de 2016

Edição nº 1.491

Página 16

2015, para ser aplicado em Despesas de Capital. O valor de R\$ 426,34 (quatrocentos e vinte e seis reais e trinta e quatro centavos), referentes aos Rendimentos sobre Aplicações Financeiras será utilizado em Despesas de Capital.

Data da assinatura 28/03/2016 com prazo de execução até 31/10/2016 e prazo de vigência até 31/12/2016.

ERRATA

No Extrato de Termo de Convênio, publicado no Órgão Oficial Eletrônico do Município, em 30/3/2016, edição nº 1.467, constatou-se a existência de equívocos na redação do referido Termo, tornando-se necessária as seguintes correções, de modo que:

ONDE SE LÊ

Termo de Convênio nº 16/2016 do Município de Toledo/PR e o Conselho Escolar da Escola Municipal Miguel Dewes e recursos do Ministério da Educação – MEC/FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, ano 2016.

Objeto: depósitos bancários que somam R\$ 4.633,11 (quatro mil seiscentos e trinta e três reais e onze centavos) oriundos do Ministério da Educação – MEC/FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola/PDDE, e que devem ser aplicados, acrescidos dos rendimentos de aplicações financeiras, da seguinte maneira: a importância de R\$ 1.540,00 (hum mil quinhentos e quarenta reais), recebida no exercício de 2015, referente a 2014, sendo R\$ 308,00 (trezentos e oito reais) em Despesas de Custeio e R\$ 1.232,00 (hum mil duzentos e trinta e dois reais) em Despesas de Capital; a importância de R\$ 2.980,00 (dois mil novecentos e oitenta reais), recebida no exercício de 2016, referente a 2015, para ser aplicado em Despesas de Capital. O valor de R\$ 113,11 (cento e treze reais e onze centavos), referentes aos Rendimentos sobre Aplicações Financeiras será utilizado em Despesas de Custeio.

Data da assinatura 28/03/2016 e vigência até 31/10/2016.

LEIA-SE

Termo de Convênio nº 16/2016 do Município de Toledo/PR e o Conselho Escolar da Escola Municipal Miguel Dewes e recursos do Ministério da Educação – MEC/FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, ano 2016.

Objeto: depósitos bancários que somam R\$ 4.633,11 (quatro mil seiscentos e trinta e três reais e onze centavos) oriundos do Ministério da Educação – MEC/FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola/PDDE, e que devem ser aplicados, acrescidos dos rendimentos de aplicações financeiras, da seguinte maneira: a importância de R\$ 1.540,00 (hum mil quinhentos e quarenta reais), recebida no exercício de 2015, referente a 2014, sendo R\$ 308,00 (trezentos e oito reais) em Despesas de Custeio e R\$ 1.232,00 (hum mil duzentos e trinta e dois reais) em Despesas de Capital; a importância de R\$ 2.980,00 (dois mil novecentos e oitenta reais), recebida no exercício de 2016, referente a 2015, para ser aplicado em Despesas de Capital. O valor de R\$ 113,11 (cento e treze reais e onze centavos), referentes aos Rendimentos sobre Aplicações Financeiras será utilizado em Despesas de Capital.

Data da assinatura 28/03/2016 com prazo de execução até 31/10/2016 e prazo de vigência até 31/12/2016.

ERRATA

No Extrato de Termo de Convênio, publicado no Órgão Oficial Eletrônico do Município, em 30/3/2016, edição nº 1.467, constatou-se a existência de equívocos na redação

do referido Termo, tornando-se necessária as seguintes correções, de modo que:

ONDE SE LÊ

Termo de Convênio nº 30/2016 do Município de Toledo/PR e o Conselho Escolar da Escola Municipal São Luiz e recursos do Ministério da Educação – MEC/FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, ano 2016.

Objeto: depósitos bancários que somam R\$ 3.945,16 (três mil novecentos e quarenta e cinco reais e dezesseis centavos) oriundos do Ministério da Educação – MEC/FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola/PDDE, e que devem ser aplicados, acrescidos dos rendimentos de aplicações financeiras, da seguinte maneira: a importância de R\$ 1.290,00 (hum mil duzentos e noventa reais), recebida no exercício de 2015, referente a 2014, sendo R\$ 1.032,00 (hum mil e trinta e dois reais) em Despesas de Custeio e R\$ 258,00 (duzentos e cinquenta e oito reais) em Despesas de Capital; a importância de R\$ 2.560,00 (dois mil quinhentos e sessenta reais), recebida no exercício de 2016, referente a 2015, para ser aplicado em Despesas de Capital. O valor de R\$ 95,16 (noventa e cinco reais e dezesseis centavos), referentes aos Rendimentos sobre Aplicações Financeiras será utilizado em Despesas de Custeio.

Data da assinatura 28/03/2016 e vigência até 31/10/2016.

LEIA-SE

Termo de Convênio nº 30/2016 do Município de Toledo/PR e o Conselho Escolar da Escola Municipal São Luiz e recursos do Ministério da Educação – MEC/FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, ano 2016.

Objeto: depósitos bancários que somam R\$ 3.945,16 (três mil novecentos e quarenta e cinco reais e dezesseis centavos) oriundos do Ministério da Educação – MEC/FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola/PDDE, e que devem ser aplicados, acrescidos dos rendimentos de aplicações financeiras, da seguinte maneira: a importância de R\$ 1.290,00 (hum mil duzentos e noventa reais), recebida no exercício de 2015, referente a 2014, sendo R\$ 1.032,00 (hum mil e trinta e dois reais) em Despesas de Custeio e R\$ 258,00 (duzentos e cinquenta e oito reais) em Despesas de Capital; a importância de R\$ 2.560,00 (dois mil quinhentos e sessenta reais), recebida no exercício de 2016, referente a 2015, para ser aplicado em Despesas de Capital. O valor de R\$ 95,16 (noventa e cinco reais e dezesseis centavos), referentes aos Rendimentos sobre Aplicações Financeiras será utilizado em Despesas de Capital.

Data da assinatura 28/03/2016 com prazo de execução até 31/10/2016 e prazo de vigência até 31/12/2016.

ERRATA

No Extrato de Termo de Convênio, publicado no Órgão Oficial Eletrônico do Município, em 30/3/2016, edição nº 1.467, constatou-se a existência de equívocos na redação do referido Termo, tornando-se necessária as seguintes correções, de modo que:

ONDE SE LÊ

Termo de Convênio nº 28/2016 do Município de Toledo/PR e o Conselho Escolar da Escola Municipal Dr. Borges de Medeiros e recursos do Ministério da Educação – MEC/FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, ano 2016.

Objeto: depósitos bancários que somam R\$ 11.878,19 (onze mil oitocentos e setenta e oito reais e dezenove centavos) oriundos do Ministério da Educação – MEC/FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola/PDDE, e que devem ser aplica-



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano VII

Toledo, 04 de maio de 2016

Edição nº 1.491

Página 17

dos, acrescidos dos rendimentos de aplicações financeiras, da seguinte maneira: a importância de R\$ 3.720,00 (três mil setecentos e vinte reais), recebida no exercício de 2015, referente a 2014, sendo R\$ 372,00 (trezentos e setenta e dois reais) em Despesas de Custeio e R\$ 3.348,00 (três mil trezentos e quarenta e oito reais), acrescido do valor de R\$ 843,00 (oitocentos e quarenta e três reais) devido a saldo em conta que será utilizado em Despesas de Capital; a importância de R\$ 6.920,00 (seis mil novecentos e vinte reais), recebida no exercício de 2016, referente a 2015, para ser aplicado R\$ 1.384,00 (hum mil trezentos e oitenta e quatro reais) em Despesas de Custeio e R\$ 5.536,00 (cinco mil quinhentos e trinta e seis reais) em Despesas de Capital. O valor de R\$ 395,19 (trezentos e noventa e cinco reais e dezenove centavos), referentes aos Rendimentos sobre Aplicações Financeiras será utilizado em Despesas de Custeio.

Data da assinatura 28/03/2016 e vigência até 31/10/2016.

LEIA-SE

Termo de Convênio nº 28/2016 do Município de Toledo/PR e o Conselho Escolar da Escola Municipal Dr. Borges de Medeiros e recursos do Ministério da Educação – MEC/FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, ano 2016.

Objeto: depósitos bancários que somam R\$ 11.878,19 (onze mil oitocentos e setenta e oito reais e dezenove centavos) oriundos do Ministério da Educação – MEC/FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola/PDDE, e que devem ser aplicados, acrescidos dos rendimentos de aplicações financeiras, da seguinte maneira: a importância de R\$ 3.720,00 (três mil setecentos e vinte reais), recebida no exercício de 2015, referente a 2014, sendo R\$ 372,00 (trezentos e setenta e dois reais) em Despesas de Custeio e R\$ 3.348,00 (três mil trezentos e quarenta e oito reais) a ser aplicado em Despesas de Capital; a importância de R\$ 6.920,00 (seis mil novecentos e vinte reais), recebida no exercício de 2016, referente a 2015, para ser aplicado R\$ 1.384,00 (hum mil trezentos e oitenta e quatro reais) em Despesas de Custeio e R\$ 5.536,00 (cinco mil quinhentos e trinta e seis reais) em Despesas de Capital; a importância de R\$ 843,00 (oitocentos e quarenta e três reais) referente a reprogramação de recursos de 2014, a ser aplicada em Despesas de Capital. O valor de R\$ 395,19 (trezentos e noventa e cinco reais e dezenove centavos), referentes aos Rendimentos sobre Aplicações Financeiras será utilizado em Despesas de Capital.

Data da assinatura 28/03/2016 com prazo de execução até 31/10/2016 e prazo de vigência até 31/12/2016.

ERRATA

No Extrato de Termo de Convênio, publicado no Órgão Oficial Eletrônico do Município, em 30/3/2016, edição nº 1.467, constatou-se a existência de equívocos na redação do referido Termo, tornando-se necessária as seguintes correções, de modo que:

ONDE SE LÊ

Termo de Convênio nº 36/2016 do Município de Toledo/PR e o Conselho Escolar da Escola Municipal Shirley Maria Lorandi Saurin e recursos do Ministério da Educação – MEC/FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, ano 2016.

Objeto: depósitos bancários que somam R\$ 13.546,36 (treze mil quinhentos e quarenta e seis reais e trinta e seis centavos) oriundos do Ministério da Educação – MEC/FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola/PDDE, e que devem ser aplicados, acrescidos dos rendimentos de aplicações

financeiras, da seguinte maneira: a importância de R\$ 4.840,00 (quatro mil oitocentos e quarenta reais), recebida no exercício de 2015, referente a 2014, sendo R\$ 3.872,00 (três mil oitocentos e setenta e dois reais) em Despesas de Custeio e R\$ 968,00 (novecentos e sessenta e oito reais) em Despesas de Capital; a importância de R\$ 8.360,00 (oito mil trezentos e sessenta reais), recebida no exercício de 2016, referente a 2015, para ser aplicado em Despesas de Capital. O valor de R\$ 346,36 (trezentos e quarenta e seis reais e trinta e seis centavos), referentes aos Rendimentos sobre Aplicações Financeiras será utilizado em Despesas de Custeio.

Data da assinatura 28/03/2016 e vigência até 31/10/2016.

LEIA-SE

Termo de Convênio nº 36/2016 do Município de Toledo/PR e o Conselho Escolar da Escola Municipal Shirley Maria Lorandi Saurin e recursos do Ministério da Educação – MEC/FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, ano 2016.

Objeto: depósitos bancários que somam R\$ 13.546,36 (treze mil quinhentos e quarenta e seis reais e trinta e seis centavos) oriundos do Ministério da Educação – MEC/FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola/PDDE, e que devem ser aplicados, acrescidos dos rendimentos de aplicações financeiras, da seguinte maneira: a importância de R\$ 4.840,00 (quatro mil oitocentos e quarenta reais), recebida no exercício de 2015, referente a 2014, sendo R\$ 3.872,00 (três mil oitocentos e setenta e dois reais) em Despesas de Custeio e R\$ 968,00 (novecentos e sessenta e oito reais) em Despesas de Capital; a importância de R\$ 8.360,00 (oito mil trezentos e sessenta reais), recebida no exercício de 2016, referente a 2015, para ser aplicado em Despesas de Capital. O valor de R\$ 346,36 (trezentos e quarenta e seis reais e trinta e seis centavos), referentes aos Rendimentos sobre Aplicações Financeiras será utilizado em Despesas de Capital.

Data da assinatura 28/03/2016 com prazo de execução até 31/10/2016 e prazo de vigência até 31/12/2016.

ERRATA

No Extrato de Termo de Convênio, publicado no Órgão Oficial Eletrônico do Município, em 30/3/2016, edição nº 1.467, constatou-se a existência de equívocos na redação do referido Termo, tornando-se necessária as seguintes correções, de modo que:

ONDE SE LÊ

Termo de Convênio nº 08/2016 do Município de Toledo/PR e o Conselho Escolar da Escola Municipal Henrique Brod e recursos do Ministério da Educação – MEC/FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, ano 2016.

Objeto: depósitos bancários que somam R\$ 23.491,74 (vinte e três mil quatrocentos e noventa e um reais e setenta e quatro centavos) oriundos do Ministério da Educação – MEC/FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola/PDDE, e que devem ser aplicados, acrescidos dos rendimentos de aplicações financeiras, da seguinte maneira: a importância de R\$ 7.590,00 (sete mil quinhentos e noventa reais), recebida no exercício de 2015, referente a 2014, sendo R\$ 1.518,00 (hum mil quinhentos e dezoito reais) em Despesas de Custeio e R\$ 6.072,00 (seis mil e setenta e dois reais) em Despesas de Capital; a importância de R\$ 15.340,00 (quinze mil trezentos e quarenta reais), recebida no exercício de 2016, referente a 2015, para ser aplicado R\$ 3.068,00 (três mil e sessenta e oito reais) a ser aplicado em Despesas de



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano VII

Toledo, 04 de maio de 2016

Edição nº 1.491

Página 18

Custeio e R\$ 12.272,00 (doze mil duzentos e setenta e dois reais) para ser aplicado em Despesas de Capital. O valor de R\$ 561,74 (quinhentos e sessenta e um reais e setenta e quatro centavos), referentes aos Rendimentos sobre Aplicações Financeiras será utilizado em Despesas de Custeio.
Data da assinatura 28/03/2016 e vigência até 31/10/2016.

LEIA-SE

Termo de Convênio nº 08/2016 do Município de Toledo/PR e o Conselho Escolar da Escola Municipal Henrique Brod e recursos do Ministério da Educação – MEC/FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, ano 2016.

Objeto: depósitos bancários que somam R\$ 23.916,10 (vinte três mil novecentos e dezesseis reais e dez e quatro centavos) oriundos do Ministério da Educação – MEC/FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola/PDDE, e que devem ser aplicados, acrescidos dos rendimentos de aplicações financeiras, da seguinte maneira: a importância de R\$ 7.590,00 (sete mil quinhentos e noventa reais), recebida no exercício de 2015, referente a 2014, sendo R\$ 1.518,00 (hum mil quinhentos e dezoito reais) em Despesas de Custeio e R\$ 6.072,00 (seis mil e setenta e dois reais) em Despesas de Capital; a importância de R\$ 15.340,00 (quinze mil trezentos e quarenta reais), recebida no exercício de 2016, referente a 2015, para ser aplicado R\$ 3.068,00 (três mil e sessenta e oito reais) a ser aplicado em Despesas de Custeio e R\$ 12.272,00 (doze mil duzentos e setenta e dois reais) para ser aplicado em Despesas de Capital; a importância de R\$ 392,00 (trezentos e noventa e dois reais) para ser aplicado em Despesas de Capital. O valor de R\$ 594,10 (quinhentos e noventa e quatro reais e dez centavos), referentes aos Rendimentos sobre Aplicações Financeiras será utilizado em Despesas de Capital.

Data da assinatura 28/03/2016 com prazo de execução até 31/10/2016 e prazo de vigência até 31/12/2016.

devido a saldo em conta para ser utilizado em Despesas de Custeio e R\$ 976,00 (novecentos e setenta e seis reais) em Despesas de Capital; a importância de R\$ 4.640,00 (quatro mil seiscentos e quarenta reais), recebida no exercício de 2016, referente a 2015, para ser aplicado R\$ 3.712,00 (três mil e setecentos e doze reais) a ser aplicado em Despesas de Custeio e R\$ 928,00 (novecentos e vinte oito reais) em Despesas de Capital. O valor de R\$ 215,06 (duzentos e quinze reais e seis centavos), referentes aos Rendimentos sobre Aplicações Financeiras será utilizado em Despesas de Custeio.

Data da assinatura 28/03/2016 e vigência até 31/10/2016.

LEIA-SE

Termo de Convênio nº 33/2016 do Município de Toledo/PR e o Conselho Escolar da Escola Municipal Norma Demeneck Belotto e recursos do Ministério da Educação – MEC/FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, ano 2016.

Objeto: depósitos bancários que somam R\$ 7.697,98 (sete mil seiscentos e noventa e sete reais e noventa e oito centavos) oriundos do Ministério da Educação – MEC/FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola/PDDE, e que devem ser aplicados, acrescidos dos rendimentos de aplicações financeiras, da seguinte maneira: a importância de R\$ 2.440,00 (dois mil quatrocentos e quarenta reais), recebida no exercício de 2015, referente a 2014, sendo R\$ 1.464,00 (hum mil quatrocentos e quarenta reais) a ser utilizado em Despesas de Custeio e R\$ 976,00 (novecentos e setenta e seis reais) em Despesas de Capital; a importância de R\$ 4.640,00 (quatro mil seiscentos e quarenta reais), recebida no exercício de 2016, referente a 2015, para ser aplicado R\$ 3.712,00 (três mil e setecentos e doze reais) a ser aplicado em Despesas de Custeio e R\$ 928,00 (novecentos e vinte oito reais) em Despesas de Capital; a importância de R\$ 402,92 (quatrocentos e dois reais e noventa e dois centavos) a ser aplicado em Despesas de Custeio. O valor de R\$ 215,06 (duzentos e quinze reais e seis centavos), referentes aos Rendimentos sobre Aplicações Financeiras será utilizado em Despesas de Custeio.

Data da assinatura 28/03/2016 com prazo de execução até 31/10/2016 e prazo de vigência até 31/12/2016.

ERRATA

No Extrato de Termo de Convênio, publicado no Órgão Oficial Eletrônico do Município, em 30/3/2016, edição nº 1.467, constatou-se a existência de equívocos na redação do referido Termo, tornando-se necessária as seguintes correções, de modo que:

ONDE SE LÊ

Termo de Convênio nº 33/2016 do Município de Toledo/PR e o Conselho Escolar da Escola Municipal Norma Demeneck Belotto e recursos do Ministério da Educação – MEC/FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, ano 2016.

Objeto: depósitos bancários que somam R\$ 7.697,98 (sete mil seiscentos e noventa e sete reais e noventa e oito centavos) oriundos do Ministério da Educação – MEC/FNDE/Programa Dinheiro Direto na Escola/PDDE, e que devem ser aplicados, acrescidos dos rendimentos de aplicações financeiras, da seguinte maneira: a importância de R\$ 2.440,00 (dois mil quatrocentos e quarenta reais), recebida no exercício de 2015, referente a 2014, sendo R\$ 1.464,00 (hum mil quatrocentos e quarenta reais) acrescido do valor de R\$ 402,92 (quatrocentos e dois reais e noventa e dois centavos)

CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, PR, convoca a população da Grande Vila Industrial e comunidade em geral para participar da segunda AUDIÊNCIA PÚBLICA que acontecerá na data de 18 de Maio de 2016, às 19:00 horas, nas dependências da Escola Borges de Medeiros, situada à Rua General Dalto Filho 1317, Vila Industrial, na qual a comunidade será consultada sobre a implantação da Capela Mortuária.

03 de Maio de 2016.

LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano VII

Toledo, 04 de maio de 2016

Edição nº 1.491

Página 19

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

PORTARIA Nº 82, de 2 de maio de 2016

Concede saldo remanescente de férias à servidora Tatiane Regina Rauber.

O Presidente da Câmara Municipal de Toledo, no uso das atribuições que lhe conferem disposições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme assegurado pela Portaria nº 98/2015, saldo remanescente, já remunerado, de 20 (vinte) dias de férias, à servidora Tatiane Regina Rauber, Assessora de Gabinete do Vereador Luiz Johann, relativos ao período aquisitivo de 1º.07.2014 a 30.06.2015, para usufruir no período de 6 a 25 de maio de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente, 2 de maio de 2016.

ADEMAR DORFSCHMIDT
Presidente da Câmara Municipal

PORTARIA Nº 83, de 2 de maio de 2016

Designa servidores para participarem de capacitação, em Cascavel – PR.

O Presidente da Câmara Municipal de Toledo, no uso das atribuições que lhe são conferidas regimentalmente,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores Paulo Sérgio Lavagnoli, Agente Legislativo, Thiago Locatelli do Amaral, Coordenador do Departamento Administrativo e Viviane Kaghofer, Assistente Legislativo, para participarem nos dias 4 e 5 de maio de 2016, na cidade de Cascavel – PR, do “IV Fórum Licitações Segundo o Tribunal de Contas do Paraná”, evento realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – Escola de Gestão Pública.

Parágrafo Único – Para conduzir o veículo da Câmara Municipal, placa AXS-3321, fica designado o servidor Paulo Sérgio Lavagnoli.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente, 2 de maio de 2016.

ADEMAR DORFSCHMIDT
Presidente da Câmara Municipal

PORTARIA Nº 84, de 3 de maio de 2016

Designa vereador para participar de capacitação, em Curitiba-PR.

O Presidente da Câmara Municipal de Toledo, no uso das atribuições que lhe são conferidas regimentalmente,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o vereador Tita Furlan para conduzir o veículo da Câmara Municipal, placa AXS-3320, e participar nos dias 4, 5 e 6 de maio de 2016, na cidade de Curitiba – PR, de Curso de capacitação “LDO o Processo no Legislativo”, evento promovido pela UNIPUBLICA – Escola de Gestão Pública, ao qual serão concedidas 2½ (duas e meia) diárias, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) cada, que totalizam R\$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais).

Art. 2º - Em face do disposto no artigo anterior, constituem também ônus para os cofres públicos municipais:
I - A inscrição para participação no evento;
II - Adiantamento para cobertura de despesas com combustível, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), que deverá prestar contas no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do retorno.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente, 3 de maio de 2016.

ADEMAR DORFSCHMIDT
Presidente da Câmara Municipal

PORTARIA Nº 85, de 3 de maio de 2016

Concede saldo remanescente de férias ao servidor Odiel Generoso.

O Presidente da Câmara Municipal de Toledo, no uso das atribuições que lhe conferem disposições regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme assegurado pela Portaria nº 95/2014, saldo remanescente, já remunerado, de 10 (dez) dias de férias, ao servidor Odiel Generoso, ocupante do cargo de Contador, relativos ao período aquisitivo de 1º.06.2013 a 31.05.2014, para usufruir no período de 4 a 13 de maio de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente, 3 de maio de 2016.

ADEMAR DORFSCHMIDT
Presidente da Câmara Municipal



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano VII

Toledo, 04 de maio de 2016

Edição nº 1.491

Página 20

ATOS DE CONSELHOS E OUTROS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº05/2016-CME REUNIÃO ORDINÁRIA DE MAIO/2016

A Presidenta do Conselho Municipal de Educação – CME/Toledo, homologada pela Portaria nº 156/15, **convoca todos os Conselheiros e as Conselheiras Titulares**, e **faz convite para os Conselheiros e as Conselheiras Suplentes**, para a Reunião Ordinária do mês de **MAIO de 2016**, deste CME/Toledo, de acordo com o Calendário aprovado pela Deliberação nº 002/2015-CME, conforme segue:

- Sessões dias: **11 e 13 de MAIO de 2016.**
- Horário: início às **14 horas**, com Sessão Plenária no dia **11 de maio, quarta-feira.**
- Local: **Sala de Reuniões do Centro Cultural Ondy Hélio Niederauer.**

- Ordem do Dia:

- 1- Aprovação das Atas, nº05 e nº06 de abril de 2016;
- 2- Tomar conhecimento da Pauta dos trabalhos das Sessões da semana, para apreciação do Plenário e das Câmaras;
- 3- Assuntos que vierem a ser protocolizados até o início da Reunião, ou que serão inscritos ao início da Sessão Plenária, e que são de interesse do SME/Toledo, do CME, ou dos Conselheiros.

As funções e a participação do Conselheiro e da Conselheira, nos trabalhos do CME, estão amparadas nos termos do § 7.º do Art. 28, da Lei Municipal nº 2.026/2010.

Toledo, 03 de maio de 2016.

VERALICE APARECIDA MOREIRA DOS SANTOS

Presidenta do CME/Toledo
Portaria nº 156/2015

Senhores e Senhoras:

Conselheiros e Conselheiras Titulares do CME/**Convocação** (X)

Conselheiros e Conselheiras Suplentes do CME/**Convite** (X)

TOLEDO / PR

ATOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - EMDUR

ADENDO I

REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2016 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Diretor Superintendente da EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE TOLEDO – EMDUR torna público a quem interessar possa, que na licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 31/2016**, cujo objeto é: **baterias para as frotas de veículos e máquinas da EMDUR**, que:

No edital: Inclua – se o item:

9.1.4.4 – Certificado emitido pelo Organismo de Certificação de Produto – OCP, que comprovem que os mesmos atendam as normas exigidas pela Portaria 299/2012 do INMETRO, que no seu artigo 3º institui a Certificação Compulsória de baterias chumbo-ácido.

A protocolização dos envelopes de proposta e documentação poderá ser feita até os **16 de maio de 2016**, até às **09:00 horas**, no Protocolo da EMDUR Empresa de Desenvolvimento Urbano e Rural de Toledo, à Av. J. J. Muraro, 1944, Jardim Porto Alegre, CEP 85.906.370 – Toledo - PR.

A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, a ser realizada aos **16 de maio 2016, às 09:10 horas**, de acordo com a legislação vigente mencionada no preâmbulo deste Edital.

Permanecem inalteradas as demais condições previstas no edital.

Toledo - PR, em 03 de maio de 2016.

LIDIO MICHELS
Diretor Superintendente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 1º Concurso Público de 2015 – 2ª Convocação

Nome: Sailer Samilo Verner
Cargo: Servente de Obras
Período: Indeterminado – Celetista
GABINETE DO DIRETOR SUPERINTENDENTE DA **EMDUR** – Empresa de Desenvolvimento Urbano e Rural de Toledo, em 03 de maio de 2016.

LIDIO MICHELS
Diretor Superintendente – EMDUR



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

LEI Nº. 2.022, DE 16 DE MARÇO DE 2010

ÓRGÃO OFICIAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

A Secretaria de Comunicação de Toledo (PR), dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.toledo.pr.gov.br

Ano VII

Toledo, 04 de maio de 2016

Edição nº 1.491

Página 21

Órgão Oficial Eletrônico do Município de Toledo

Lei nº 2.022, de 16/03/2010

Luis Adalberto Beto Lunitti Pagnussatt

Prefeito Municipal

Alair Vanderlei Graeff

Secretário de Comunicação

Rua Raimundo Leonardi, 1586

CEP 85900-110

Fone: (45) 3055-8800

Toledo - PR

Email: orgaooficial@toledo.pr.gov.br

Site: www.toledo.pr.gov.br

Edição, publicação e assinatura digital do
sítio eletrônico do município.

Secretaria Municipal de Comunicação

Certificação Digital ICP-BRASIL

A Certificação Digital é um conjunto de tecnologias e procedimentos que visam garantir a validade de um Certificação Digital, a ICP-BRASIL é a infraestrutura Legal Brasileira para Certificação Digital, de acordo com a Medida Provisória 2200 que estabelece e normaliza estas condições. Sendo assim, são considerados legalmente validos, no âmbito nacional, apenas os certificados emitidos por autoridades credenciadas junto à ICP-BRASIL.

Com o uso de Certificados Digitais é possível anexar assinaturas digitais em arquivos digitais e assim atribuir-lhe o status de documento válido e original também de acordo com a Lei 11.419.